

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.433.637 - SP (2019/0022573-8)

RELATOR : **MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO**
AGRAVANTE : NOTRE DAME INTERMEDICA SAUDE S.A
ADVOGADOS : DJACI ALVES FALCÃO NETO - SP304789
MARCOS ANTÔNIO FALCÃO DE MORAES - SP311247
AGRAVADO : JOAO BOSCO FERREIRA DE HOLANDA
ADVOGADO : MARLENE GOMES DE MORAES E SILVA - SP110325

DECISÃO

1. Cuida-se de agravo interposto por NOTRE DAME INTERMEDICA SAUDE S.A contra decisão que não admitiu o seu recurso especial, por sua vez manejado em face de acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO - CONSELHEIRO FURTADO, assim ementado:

Plano de saúde. Contrato coletivo rescindido. Pleito do autor de manutenção do plano de saúde após seu cancelamento ocorrido em virtude da rescisão do contrato coletivo firmado com sua ex-empregadora. Possibilidade.

Com a rescisão do contrato de trabalho, nasce um vínculo direto entre o plano de saúde e o beneficiário, sendo irrelevante a rescisão do contrato originário com a ex-empregadora. Autor portador de doença renal crônica. Direito à saúde que deve ser sublimado.

Dano Moral. Inocorrência. Questão que demandou interpretação de cláusula contratual.

Honorários advocatícios. Majoração. Necessidade. Recursos parcialmente providos.

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados.

Nas razões do recurso especial, aponta a parte recorrente, além de dissídio jurisprudencial, ofensa ao disposto nos arts. 13, da Lei nº 9.656/98, 186, 187 e 927 do Código Civil, 17 da Rn 195/2009.

Nas razões recursais, sustenta a parte agravante: "Primeiramente, como já informado, a Recorrida é aderente de CONTRATO COLETIVO EMPRESARIAL então firmado entre a Recorrente e a empresa DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS CERVILLE LTDA., o qual foi rescindido em razão do inadimplemento por parte da ex-empregadora, DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS CERVILLE LTDA. Fundamentada no contrato, então, a Recorrente, Notre Dame Intermédica Saúde S.A., encaminhou notificação, comunicando-a e cientificando-a do cancelamento do contrato, a contar do recebimento daquela. Assim, ressalta-se que mesmo que se desconsiderássemos a previsão de rescisão expressa no contrato coletivo empresarial celebrado, o que apenas se cogita por respeito a retórica, a Recorrente não cometeu qualquer ato ilegal ao proceder a rescisão do contrato, sendo que a Agência Nacional de Saúde - ANS estabeleceu por meio do art. 17, parágrafo único, da Resolução Normativa RN nº 195/2009, Subseção II, a possibilidade de rescisão IMOTIVADA."

Não foram apresentadas contrarrazões ao recurso especial, consoante certidão à fl. 380.

É o relatório.

DECIDO.

2. No tocante à alegada violação dos artigos 13, da Lei nº 9.656/98, 186, 187 e 927 do Código Civil, cumpre trazer trecho do acórdão recorrido que consignou:

A rescisão do contrato junto à ex- empregadora não implica em automático cancelamento do contrato do autor.

Apesar de a ex-empregadora ser a estipulante do contrato, tem-se que esta não estabelece as suas condições e, além disso, com a rescisão do contrato de trabalho nasce um vínculo direto do beneficiário com o plano de saúde. Assim, a obrigação de fazer deve ser direcionada à operadora. Desta feita, o direito adquirido com a rescisão do contrato de trabalho (artigo 30 da lei 9656/98) implica em vínculo jurídico autônomo e próprio, estabelecido entre a fornecedora do plano e o consumidor, de modo que a resolução do contrato coletivo junto à ex-empregadora, não implica em consequências para o autor.

(...)

Além disso, no caso, o autor encontra-se em tratamento de moléstia grave (insuficiência renal crônica), necessitando da realização de hemodiálise três vezes por semana.

Assim, como bem asseverado na r. sentença: “dada a excepcionalidade e a gravidade da patologia que acomete o autor, que demanda tratamento médico constante, recomenda-se a sua manutenção no plano de saúde até alta médica. É cediço que com as restrições de saúde descritas na petição inicial, certamente o autor não encontrará acolhimento nas demais operadoras/seguradoras, não sendo razoável que, com base na alegação da ré, de que não comercializa planos individuais, a pretensão não possa ser acolhida.”.

(...)

O STJ possui firme o entendimento no sentido de que o plano de saúde coletivo pode ser rescindido ou suspenso imotivadamente (independentemente da existência de fraude ou inadimplência), após a vigência do período de doze meses e mediante prévia notificação do usuário com antecedência mínima de sessenta dias (artigo 17 da Resolução Normativa ANS 195/2009). Nada obstante, no caso de usuário em estado de saúde grave, independentemente do regime de contratação do plano de saúde (coletivo ou individual), deve-se aguardar a conclusão do tratamento médico garantidor da sobrevivência e/ou incolumidade física para se pôr fim à avença.

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DECLARATÓRIA CUMULADA COM OBRIGAÇÃO DE FAZER. PLANO DE SAÚDE COLETIVO. RESCISÃO UNILATERAL. BENEFICIÁRIO EM TRATAMENTO MÉDICO. IMPOSSIBILIDADE.PRECEDENTES. DECISÃO MANTIDA. RECURSO DESPROVIDO.

1. Não obstante o plano de saúde coletivo possa ser rescindido unilateralmente, mediante prévia notificação do usuário, esta Corte reconhece ser abusiva a rescisão do contrato durante o tratamento

médico garantidor da sobrevivência. Nesse sentido: AgInt no AREsp 1.085.841/RS, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 20/03/2018, DJe de 04/04/2018; AgInt no AREsp 1.072.700/RS, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 27/06/2017, DJe de 1º/08/2017; AgRg no AREsp 624.420/RJ, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 24/03/2015, DJe de 07/04/2015).

2. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1274617/RS, Rel. Ministro LÁZARO GUIMARÃES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 5ª REGIÃO), QUARTA TURMA, julgado em 16/08/2018, DJe 24/08/2018)

"AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PLANO DE SAÚDE COLETIVO. RESILIÇÃO UNILATERAL. POSSIBILIDADE. BENEFICIÁRIO EM TRATAMENTO. EXCEÇÃO. BOA-FÉ. DIVERGÊNCIA INTERNA. DECISÃO SINGULAR QUE, ADEMAIS, FOI RECONSIDERADA. RECURSO MANIFESTAMENTE INADMISSÍVEL. MULTA. ARTIGO 1.021, § 4º, DO CPC.

1. "O plano de saúde coletivo pode ser rescindido ou suspenso imotivadamente (independentemente da existência de fraude ou inadimplência), após a vigência do período de doze meses e mediante prévia notificação do usuário com antecedência mínima de sessenta dias (artigo 17 da Resolução Normativa ANS 195/2009).

2. Nada obstante, no caso de usuário internado, **independentemente do regime de contratação do plano de saúde** (coletivo ou individual), **dever-se-á aguardar a conclusão do tratamento médico garantidor da sobrevivência e/ou incolumidade física para se pôr fim à avença**" (AgInt no AREsp 885.463/DF, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, Rel. p/ Acórdão Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 9/3/2017, DJe 8/5/2017).

2. A indicação de decisão em sentido contrário ao julgado agravado, que foi reconsiderada, informação omitida pelo recorrente, demonstra tentativa de induzir em erro o colegiado e torna o recurso manifestamente inadmissível.

3. *Agravo interno a que se nega provimento, com aplicação de multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da causa."*

(AgInt no AREsp 1085841/RS, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 20/03/2018, DJe 04/04/2018, g.n.)

"AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. **CONTRATO DE PLANO DE SAÚDE. RESCISÃO UNILATERAL. PACIENTE EM TRATAMENTO. RECONHECIMENTO DE ILEGALIDADE.** PRECEDENTES. SÚMULA 83/STJ. CONCLUSÃO DO ACÓRDÃO PELO DEVER DE REPARAÇÃO. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. NECESSIDADE DE INTERPRETAÇÃO DE CLÁUSULA CONTRATUAL E REEXAME DE PROVAS. SÚMULAS 5 E 7 DO STJ. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO.

1. **O Tribunal de Justiça adotou solução em consonância com a jurisprudência desta Corte, concluindo pela configuração do dano moral decorrente de cancelamento unilateral de contrato de plano de saúde de paciente que se encontra em tratamento médico.**

Incidência da Súmula 83/STJ.

2. Para rever a referida conclusão e analisar a tese de que o dano moral não está configurado, já assentado como comprovado pelo Tribunal de origem, seria inevitável a interpretação das cláusulas do contrato e o reexame do conjunto fático-probatório dos autos, o que é vedado no âmbito do recurso especial, nos termos das Súmulas 5 e 7 do STJ.

3. Agravo interno improvido."

(AgInt no AREsp 1072700/RS, Rel. Ministro **MARCO AURÉLIO BELLIZZE**, TERCEIRA TURMA, julgado em 27/06/2017, DJe 01/08/2017, g.n.)

"AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. RESPONSABILIDADE CIVIL. DANO MORAL. PLANO DE SAÚDE EMPRESARIAL. RESCISÃO UNILATERAL PELA SEGURADORA. PACIENTE EM TRATAMENTO HOSPITALAR MENSAL COM MEDICAÇÃO DE USO CONTÍNUO. RECUSA PARA MIGRAÇÃO PARA PLANO INDIVIDUAL. ARTRITE REUMATÓIDE SOROPositivo GRAVE. 1. OFENSA AO ART. 535 DO CPC. NÃO OCORRÊNCIA. O TRIBUNAL NÃO É OBRIGADO A REBATER, UM A UM, OS ARGUMENTOS DA PARTE. 2. ART. 478 DO CC. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 282/STF. ALEGAÇÃO APENAS NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. INOVAÇÃO RECURSAL. 3. COMPROVAÇÃO DO DANO MORAL. CONCLUSÕES FÁTICAS DO TRIBUNAL. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7/STJ. 4. VALOR DA INDENIZAÇÃO (R\$ 15.000,00). CONSONÂNCIA COM OS PRINCÍPIOS DA PROPORCIONALIDADE E RAZOABILIDADE. 5. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO. (...)

4. É vedado em recurso especial o reexame das circunstâncias fáticas da causa, ante o disposto no enunciado n. 7 da Súmula do STJ: "A pretensão de simples reexame de provas não enseja recurso especial."

5. O Tribunal de Justiça, soberano na análise do acervo fático-probatório dos autos, concluiu pela comprovação do dano moral decorrente de **cancelamento de contrato de plano de saúde empresarial de paciente que se encontra em tratamento hospitalar mensal para medicação de uso contínuo, em razão do acometimento de artrite reumatóide soropositivo grave e a recusa para a migração para plano individual de saúde**. Rebater a conclusão a que chegou o Tribunal local seria necessário o reexame do conjunto fático-probatório dos autos, o que é obstado em recurso especial.

6. *Agravo regimental a que se nega provimento.*" (AgRg no AREsp 624.420/RJ, Rel. Ministro **MARCO AURÉLIO BELLIZZE**, TERCEIRA TURMA, julgado em 24/03/2015, DJe 07/04/2015, g.n.)

Assim, estando o acórdão recorrido em consonância com a Jurisprudência do STJ, incide a Súmula 83 do STJ.

3. Ante o exposto, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 06 de fevereiro de 2019.

MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO

Relator

